

O QUE É PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Claudine Machado Badalotti¹

Catherine Machado Badalotti²



A obra *O que é Patrimônio Histórico*, publicada pela primeira vez em 1981 em São Paulo, do arquiteto e urbanista Carlos Alberto Cerqueira Lemos, que na década de 50 dirigiu o escritório paulistano do arquiteto Oscar Niemeyer e atualmente é Professor Titular no Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), conta com 123 páginas e é o objeto de estudo dessa resenha (FAUUSP, LEMOS, 2000).

De forma geral, o livro trata das definições acerca do termo Patrimônio Cultural, da compreensão do que envolve e dos motivos de porque preservar. Num primeiro momento Lemos explica que Patrimônio Cultural pode ser dividido em três categorias: os elementos que compõem o Patrimônio natural, o segundo grupo compreende as técnicas do saber e o saber fazer, o Patrimônio Intangível; e o terceiro grupo, considerado o mais importante pelo autor, que reúne os bens culturais, que envolvem objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer.

Quando aborda a questão de *o porquê preservar*, traz argumentos importantes sobre o que de fato se preserva, esclarece que não é somente guardar um objeto ou conservar uma edificação, mas também é a memória oral, o conceito urbano de uma cidade, é a música, a memória de um povo.

¹ Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Passo Fundo. Email: arquiteta.claudine@gmail.com

² Tecnóloga em Produção do Vestuário pela Universidade de Passo Fundo. Email: cathy3082002@yahoo.com.br

Crítica fortemente a preservação com viés turístico, que atende determinada categoria de consumidor, as vezes apenas em busca de uma mercadoria de consumo, mesmo que embalada em cenários criados para atender esses anseios e não mais preservando o que é real, um *pastishe*.

Em outro momento Lemos trata *de quê preservar*, aborda o projeto do poeta modernista Mário de Andrade, que em meados de 1930 já demonstrava preocupação com o produto da alma popular. Para Mário, além dos sambaquis, das jazidas funerárias, dos mocambos, da arquitetura vernacular, também faziam parte do patrimônio outras manifestações da cultura, como as lendas, os contos e cantos, as músicas, o folclore, a língua, os rituais, os provérbios, a medicina e culinária indígenas e os vocabulários, enfim, os diversos saberes que compõem o patrimônio intangível. Mas esse conceito de Patrimônio intangível ou imaterial, abordado por Mário de Andrade em 1937 é recente, foi apenas através da aprovação do Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000, que se instituiu o inventário e o registro do denominado “patrimônio imaterial ou intangível”.

Ainda, menciona que no Brasil, o tombamento iniciou em 1937, pelo Decreto-Lei nº 25, através da criação do SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN), que surgia para proteger cidades antigas e monumentos que corriam o risco de desaparecer em virtude da especulação imobiliária e das constantes reformas urbanas. Importante salientar que entre os artistas e intelectuais envolvidos na criação do SPHAN estavam Mário de Andrade, Lúcio Costa, Gustavo Capanema e Rodrigo Melo de Andrade.

Em seu último capítulo traz a questão de *como preservar*; aqui julga que primeiro é necessário se definir o já abordado, *o que preservar*, para posteriormente se trabalhar a questão do *como fazer*. Trata especificamente daquilo que se refere aos bens arquitetônicos, ao patrimônio de “pedra e cal”. Aborda a questão do tombamento como uma das técnicas empregadas, além das cartas patrimoniais, dentre elas faz referência a Carta de Veneza, datada de 1931, instrumento que admite o uso de técnicas modernas sem criar um falso histórico. Mas principalmente, elucida que o conhecimento popular e a educação patrimonial são as soluções de *como se preservar*.

Fazendo um paralelo com a questão abordada por Lemos, de *como e por que preservar*, adota-se enquanto reflexão a edificação que abriga o Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller, da cidade de Itapiranga, em Santa Catarina, antiga Porto Novo, de

colonização étnica e confessional teuto-brasileira, ou seja, de imigrantes católicos, provenientes do Rio Grande do Sul (HEINEN, 1997; NEUMANN, 2016).

Assim, na ótica preservacionista, a edificação construída no ano de 1933 (figura 01), foi uma das primeiras em alvenaria do município, com assoalho em madeira, distribuída em subsolo, térreo e segundo pavimento. A edificação foi projetada para ser a casa Canônica, porém, em 2011, após uma restauração, onde os detalhes e traços originais foram mantidos, com melhoramentos em seu piso de madeira, passou a abrigar o acervo do museu, até então localizado em outro local (FRANZEN, GABIATTI e STEIN, 2018).

Desta forma, em uma atividade desenvolvida na disciplina de Patrimônio da Arquitetura e Urbanismo – Restauro, do Centro Universitário FAI de Itapiranga, foi solicitado aos alunos que desenvolvessem uma proposta de intervenção para a edificação. Inicialmente foi elucidado a importância dessa como uma categoria de patrimônio cultural, fundamentando para esse procedimento, desde a proteção da edificação, da paisagem e resgate da memória social, além de sua relação com seu entorno imediato, onde estão localizadas outras obras de significativo valor para a cidade, abordando que para restaurar é importante se determinar o contexto em que a edificação está inserida, não tratá-la como um objeto isolado, como defendido na obra de Lemos.

Figura 01: Antiga Casa Canônica de Itapiranga, SC.



Fonte: Acervo digital do Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller, 2017.

Os alunos, divididos em equipes, realizaram a pesquisa e levantamento das características da edificação (entendida aqui) como de valor significativo, passível de futuras ações de preservação; e empreenderam análise e reflexão a luz dos dados coletados como artefato mobilizador de ações de desenvolvimento de abertura do processo de tombamento municipal, tendo como produto final a elaboração de um mapa de danos e posteriormente o desenvolvimento de uma proposta de restauração.

A relevância desse estudo mostrou as bases arquitetônicas, históricas e culturais envolvidas, buscou inclusive princípios de preservação e conservação dessa arquitetura, tomando a Carta de Veneza (1931) como referência, e a realização de um diagnóstico através do levantamento do mapa de danos, como alicerce para a elaboração das diretrizes de conservação; uma vez que o mesmo sinaliza o estado de conservação da edificação, associado a sua estrutura física, em consonância às práticas sociais (CECI, 2006).

Dentro das atividades dos grupos, durante o semestre, também foram elaboradas as fichas de inventário³, instrumento que vem sendo utilizado no Brasil desde o final da década de 1930, quando se implantou o SPHAN. Em todas as tentativas de criação de uma legislação de proteção aos bens culturais, a obrigatoriedade de inventariação dos bens está presente, fortalecido com a Constituição Federal de 1988 (art. 216, § 1º⁴¹), onde o inventário foi consolidado como instrumento jurídico de preservação do patrimônio cultural, ao lado do tombamento, da desapropriação, dos registros, da vigilância e de outras formas de acautelamento e preservação (OLIVEIRA, 2011).

Dessa forma, foi possível perceber, durante a leitura do livro que, mesmo datada do final do século passado, ainda traz conceitos atuais de preservação do Patrimônio Cultural que podem ser utilizados na atualidade. Poderia ser considerada obrigatória como leitura básica aos futuros arquitetos, por sua abrangência, pois aproxima-se dos principais conceitos abordados quanto ao patrimônio cultural e suas diversas formas de apresentação. A obra não esgota o tema, antes disso, funciona como um primeiro contato ao leigo que ainda não compreende os principais conceitos relacionados ao patrimônio.

³ O inventário é um programa de pesquisa sistemático de conhecimento, identificação e caracterização de bens arquitetônicos expressivos ou significativos para uma cidade. Sua finalidade é o levantamento de edificações isoladas, neste caso enfocando aspectos históricos, arquitetônicos e métodos construtivos de cada edificação inventariada (BADALOTTI, 2015).

Como sugestão poderia contribuir para a adoção de práticas sociais inclusivas do patrimônio, talvez um capítulo dedicado a questões de educação patrimonial na escola, com sugestões de práticas pedagógicas dentro de um tratamento transversal da educação escolar, esclarecendo a importância de se estimular o conhecimento e valorização do patrimônio, memória e identidades culturais, com o objetivo de fazer a comunidade compreender o valor dos registros do passado, para a construção de identidades e para evitar uma crise de legitimidade e a falta de identificação da população com o Patrimônio preservado, para que assim o reconheçam em suas vivências cotidianas.

Referências

BADALOTTI, Claudine Machado. **Arquitetura e etnicidade: patrimônios materiais e imateriais nas construções da imigração italiana**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2015.

CÊÇA, Guimaraens. **Paradoxos entrelaçados: as torres para o futuro e a tradição nacional**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2002. 304 p.

FAUUSP. **Docentes**. Disponível em: < <http://www.fau.usp.br/docentes/carlos-alberto-cerqueira-lemos>>. Acesso em: 03 abril 2019.

FRANZEN, Douglas Orestes, GABIATTI, Camila Antonia e STEIN, Liara. **Uma proposta de revitalização do Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller de Itapiranga/SC**. In: Revista Infinity , Itapiranga, vol. 3, nº 1, 2018, p. 267-284.

HEINEN, Luiz. Colonização e Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina: Aspectos Sócio-Político-Econômicos e Religiosos. Joaçaba: Editora UNOESC, 1997. 412 p.

KERN, Gilvane. **A importância do cooperativismo de crédito para o desenvolvimento de Porto Novo**. In: FRANZEN, Douglas Orestes e MAYER, Leandro (Org.). Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas. São Leopoldo: Oikos, 2016. 399 p.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo, Editora Brasiliense, 2000. 123 p.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Porto Novo: a Canaã dos colonos e imigrantes alemães católicos na década de 1920**. In: FRANZEN, Douglas Orestes e MAYER, Leandro (Org.). Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas. São Leopoldo: Oikos, 2016. 399 p.

OLIVEIRA, Tarcísio D. **Inventário urbano de Tupanciretã/RS: um olhar sobre o patrimônio arquitetônico e cultural da Terra da Mãe de Deus.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.